

# BOLETIM PENAL EMPRESARIAL



Este boletim é um informativo da área de Penal Empresarial  
de Tide & Lima Banca Penal



# Um olhar sobre as decisões relevantes ao bem-estar das culturas empresariais

Estas são decisões e julgamentos selecionados por nossa equipe, no intuito de informar e prevenir riscos, especialmente, reputacionais.

## 01

**RETROATIVIDADE DO ACORDO DE NÃO  
PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)**

---

## 02

**NULIDADE DE PROVAS OBTIDAS SEM  
AUTORIZAÇÃO JUDICIAL**

---

## 03

**MINISTÉRIO PÚBLICO PODE SOLICITAR  
INFORMAÇÕES AO COAF SEM INQUÉRITO POLICIAL**

---

## 04

**A IMPORTÂNCIA DA DESCRIÇÃO DETALHADA DA  
DENÚNCIA**



# 01

## RETROATIVIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)

O STF definiu que o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) pode ser aplicado de forma retroativa a processos ainda em andamento, desde que não tenham transitado em julgado.

O que isso significa?



O ANPP é um mecanismo despenalizador introduzido pela Lei nº 13.964/2019, que permite ao réu evitar a condenação e o cumprimento de pena caso cumpra certas condições acordadas com o Ministério Público. A decisão do STF reforça que esse benefício deve ser estendido a casos anteriores à vigência da lei, desde que a sentença ainda não tenha se tornado definitiva.

Caso concreto analisado pelo STF

No julgamento de um Habeas Corpus (HC 185.913/DF), um candidato a prefeito de Descoberto/MG pleiteava a possibilidade de firmar um ANPP para um processo iniciado antes de 2019. O ministro relator Gilmar Mendes afirmou que o instituto do ANPP tem natureza mista (processual e penal), justificando sua aplicação retroativa. Assim, o STF consolidou o entendimento de que o Ministério Público deve analisar esses pedidos mesmo para crimes cometidos antes da vigência da lei.



# 02

## NULIDADE DE PROVAS OBTIDAS SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

O STF declarou ilegais provas obtidas pelo Ministério Público mediante solicitação direta a provedores de internet sem autorização judicial.

O que aconteceu?

O Ministério Público do Paraná (MPPR) havia solicitado que provedores de internet congelassem dados de usuários investigados sem passar pelo Judiciário. Esses dados incluíam IMEIs de dispositivos, registros de localização, e até conteúdos de e-mails e mensagens privadas (iMessage e Hangouts).

Por que essa prática foi considerada ilegal?

O ministro Ricardo Lewandowski destacou que a Constituição Federal protege a inviolabilidade das comunicações privadas (art. 5º, XII). Além disso, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) permite apenas a preservação dos registros de conexão por ordem do MP, mas não o acesso ao conteúdo das comunicações sem decisão judicial.

Impacto prático

- Todas as provas obtidas dessa forma devem ser excluídas dos processos.
- Caso a acusação tenha se baseado nessas provas, o processo pode ser arquivado.
- A decisão limita o poder investigativo do Ministério Público, reforçando a necessidade de controle judicial sobre acessos a dados sigilosos.



# 03

## MINISTÉRIO PÚBLICO PODE SOLICITAR INFORMAÇÕES AO COAF SEM INQUÉRITO POLICIAL

O STF reafirmou que o Ministério Público pode solicitar Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) ao COAF, mesmo sem a existência de um inquérito policial formal.

### Contexto da decisão

A questão surgiu em um caso no Paraná, onde o Ministério Público investigava um esquema de pirâmide financeira em Guarapuava/PR. Para embasar a investigação, o MP solicitou relatórios financeiros ao COAF sobre os investigados.

A defesa argumentou que, sem um inquérito policial formal, o pedido de informações ao COAF seria ilegal. O caso foi parar no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou a obtenção dos dados ilegal. No entanto, o MP recorreu ao STF, que reverteu a decisão do STJ, afirmando que o compartilhamento de informações financeiras com órgãos de persecução penal é constitucional e não exige autorização judicial.

### Impacto prático

- Ministério Público e Polícia podem continuar recebendo relatórios financeiros do COAF sem precisar abrir inquérito policial.
- Facilita a investigação de crimes financeiros, como lavagem de dinheiro e corrupção.
- Reforça o entendimento do STF sobre a importância do acesso a informações financeiras em investigações criminais.



# 04

## A IMPORTÂNCIA DA DESCRIÇÃO DETALHADA DA DENÚNCIA

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ) absolveu 11 acusados de gestão fraudulenta devido à falta de especificidade na denúncia.

O que aconteceu?

Os réus eram acusados de causar um prejuízo superior a R\$ 300 milhões à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (REFER) por meio de investimentos fraudulentos. No entanto, a denúncia do Ministério Público não especificava a conduta individual de cada acusado, apenas mencionando que ocupavam cargos de gerência.

A juíza responsável pelo caso determinou a absolvição de todos os réus, destacando que:

- Não basta identificar o cargo ocupado pelo acusado; é necessário descrever qual conduta ele praticou que caracteriza o crime.
- O risco financeiro envolvido nas operações da empresa não é suficiente para configurar gestão fraudulenta.

Impacto prático

- O Ministério Público precisa apresentar denúncias detalhadas e fundamentadas, indicando com precisão a conduta de cada acusado.
- A decisão reforça a necessidade de individualização da acusação em crimes financeiros e empresariais.
- Evita acusações genéricas que possam levar a processos injustos ou à anulação de ações penais.



# Síntese de Ideias



As decisões recentes do STF reforçam a importância de garantias fundamentais e controle sobre investigações criminais no Brasil.

Destacam-se três grandes tendências:

Reforço da privacidade digital, invalidando provas obtidas sem autorização judicial.

Ampliação do acesso a informações financeiras pelo Ministério Público, permitindo investigações mais eficientes contra crimes econômicos.





# Obrigado!

---

Agora vamos voltar ao trabalho.